

Clandestinidade prejudica trabalho de vigilantes

• Entidade que congrega a categoria diz que cresce o número de empresas e profissionais ilegais

Marcos Araújo

marcos.araujo@jfhoje.com.br

O crescimento da criminalidade, o sentimento de insegurança e as mudanças na forma de utilização do espaço público urbano contribuem, a cada dia, para a expansão dos serviços particulares de segurança. Atualmente em Juiz de Fora, conforme dados da Polícia Federal (PF), há oito empresas prestadoras deste tipo de serviço. E ainda há processos em tramitação para a autorização de funcionamento de mais duas. Entretanto, o Sindicato dos Vigilantes da cidade denuncia o aumento de profissionais trabalhando na clandestinidade. Segundo o órgão sindical, o município tem cerca de 800 vigilantes aptos a exercerem a função. Desses, 365 são filiados ao sindicato. Além do medo cada vez maior das pessoas e das empresas em perderem seus patrimônios, a falta de efetivo dos órgãos de segurança oficiais está relacionada com a grande procura pelo serviço de vigilância, segundo Joaquim Luiz Ferraz, tesoureiro do sindicato.

— A demanda na cidade é grande e só não é maior, porque existe muita gente trabalhando na clandestinidade com firmas não legalizadas e vigilantes não profissionais, sem o curso específico. Fato que pode expor a pessoa que contrata o serviço ainda mais ao perigo, já que muitos clandestinos não sabem nem manusear uma arma. Po-

rém, eles cobram mais barato, daí são preferidos pelos contratantes — resume.

AUMENTO DA DEMANDA

Gerente operacional de uma empresa de vigilantes em Juiz de Fora, Antônio Carlos Fernandes também denuncia a clandestinidade. A firma em que ele trabalha possui 60 vigilantes. Fernandes considera que se não houvesse clandestinidade o serviço profissional seria mais requisitado, já que o crescente sentimento de insegurança entre a população faz aumentar a demanda.

— A ilegalidade tem atrapalhado o setor. Muitas casas noturnas, por exemplo, pagam pessoas não profissionais, porque o serviço é mais barato. Manter um vigilante hoje custa cerca de R\$ 1 mil por mês — observa.

Diante da crise que assola o setor de segurança, a população fica à mercê da sorte, já que desconfia do potencial dos órgãos oficiais. Os moradores do condomínio Alto dos Pinheiros, na Cidade Alta, optaram pela

segurança privada durante 24 horas do dia. De acordo com a moradora Zenir Marques, de 48 anos, o patrulhamento realizado pela Polícia Militar (PM) deixa a desejar.

— Quase não observamos viaturas da polícia no lugar. O atendimento na região do São Pedro não funciona de maneira satisfatória. Por isso, optamos pelo serviço particular. Isso não acontece só em Juiz de Fora, acho que já é algo comum em todo o Brasil — afirma, ressaltando que com o vigilância 24 horas é maior o sentimento de segurança.

AUXÍLIO

A 99ª Companhia da Polícia Militar, responsável pela Cidade Alta, contesta a informação da moradora. Segundo o capitão Carlos Fonseca Pena, a região do Bairro São Pedro é atendida, inclusive, pelo patrulhamento de prevenção ativa, em que viaturas circulam pela comunidade, principalmente pelos condomínios onde há maior concentração de riquezas, podendo ser chamadas pa-



ra a solução de qualquer situação. Ele ainda argumenta que há duplas de patrulhamento em motocicleta que dão cobertura aos condomínios.

Quanto à questão da segurança privada, capitão Pena considera que ela só vem a somar.

— Se compararmos o tamanho de Juiz de Fora com o número de policiais das companhias, é claro que temos um

efetivo que não é suficiente. Assim, quando a população adota a vigilância privada, é muito bem-vindo. Toda e qualquer forma de ajudar a combater a criminalidade é positiva. Vigilantes, câmeras e alarmes contribuem para melhorar a segurança — avalia, lembrando que o 190, número de emergência da PM, deve ser acionado sempre em casos de emergência.

Profissional é obrigado a passar por curso

Para ser um vigilante, o interessado deve passar por curso de formação regulamentado pela Portaria nº 387/2006 do Ministério da Justiça, que alterou e consolidou as regras sobre segurança privada no Brasil. O postulante ao cargo deve ser brasileiro, ter acima de 21 anos de idade, possuir a 4ª série do ensino fundamental e comprovar bons antecedentes. Em Juiz de Fora, dois cursos oferecem a formação. De acordo com Waldir Soares de Souza Júnior, coordenador de um deles, o processo de formação dos candidatos dura 160 horas. Eles aprendem noções de Segurança Privada, Direitos Humanos, Defesa Pessoal, Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros, entre outras disciplinas.

— O processo é bastante rigoroso, já

que o certificado do candidato precisa ser aprovado pela Polícia Federal. Daí a necessidade de bons antecedentes. Com a aprovação, o candidato torna-se apto a atuar em todo o território nacional — explica o coordenador, ressaltando que o custo para a formação de vigilante gira em torno de R\$ 330.

REIVINDICAÇÕES

A classe de vigilantes da cidade e de outros municípios mineiros passa por um período de reivindicações de melhores salários. Na segunda-feira passada, a categoria deflagrou uma greve. Os vigilantes almejavam reajuste de 11%, o que iria elevar a remuneração de R\$ 870 para, no mínimo, R\$ 930. Eles também pediam

adicional de 30% sobre o risco de vida, pois trabalham armados, e tiquete refeição no valor de R\$ 10 por dia.

Ontem, em assembléia junto com a classe patronal, em Belo Horizonte, o Sindicato dos Vigilantes decidiu colocar fim à greve, depois do sexto dia de protesto. De acordo com a categoria, foi oferecido aos trabalhadores reajuste salarial de 6,48%, cesta básica em gênero alimentício, e tiquete alimentação de R\$ 5 por dia trabalhado, além da garantia de estabilidade no emprego aos profissionais grevistas e o não desconto dos dias parados. Mesmo com o acordo de ontem, os manifestantes realizam, na próxima terça-feira, outra reunião a fim de discutir, de forma mais ampla, todas as reivindicações que resultaram na greve.